

PROFESSOR

Mãe

É EDUCADOR

Armando Moreira

Professor Não é Educador

Agradecimentos são devidos ao Lic. e empresário Edésio Agostinho Reichert, pelo empenho na publicação deste livro; à Profª Giselle Bruno Grando e ao Prof. Miguel Luiz Contani, pelas sugestões que melhoraram a clareza do texto.

O autor

Ficha Catalográfica elaborada por: Marlene de Fátima Donadel
CRB 9/924

Moreira, Armino
MB38p Professor não é educador / Armino Moreira. -- Cascavel:
. 2012
186p.

ISBN:

1. Educação 2. Professores – Formação 3. Professores –
Atitudes 4. Professores e alunos 5. Pais e professores 6.
Valores I. T.

Capa: Tiago Santana

CDD 20. ed. 370.71

Armino Moreira

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
1 - INSTRUIR NÃO É EDUCAR	8
2 - PROFESSOR É EDUCADOR?	10
3 - EXIGIR EDUCAÇÃO NÃO É EDUCAR	11
4 - CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO	11
5 - E OS ÓRFÃOS?	12
6 - SOU OU NÃO SOU?	12
7 - DE QUEM É O MENINO?	13
8 - DIÁLOGOS SOBRE PROFESSOR EDUCADOR I	15
9 - DIÁLOGOS SOBRE PROFESSOR EDUCADOR II	16
10 - DIÁLOGOS SOBRE PROFESSOR EDUCADOR III	18
11 - ENTREVISTA COM PELÍSSIO	20
12 - ENTREVISTA COM D. JOSEFA	22
13 - LEGISLAÇÃO SOBRE ENSINO	23
14 - CURRÍCULOS DURÁVEIS OU EFÊMEROS?	23
15 - AS SETE EDUCAÇÃOES	24
16 - ATLETISMO OU GINÁSTICA?	24
17 - EDUCAÇÃO SEXUAL	25
18 - CONFLITO DE GERAÇÕES	27
19 - REUNIÃO DE PROFESSORES	28
20 - PREPARAR PARA A VIDA	30
21 - ERA, UMA VEZ, UM MENINO BONZINHO	32
22 - SOBRE MACHISMO	39
23 - SOBRE VIOLÊNCIA	40
24 - EDUCAÇÃO INTEGRAL	41
25 - ENSINO CONFSSIONAL	41
26 - CONCLUSÃO ERRADA	42
27 - INSUCESSO ESCOLAR	42
28 - SEÇÕES DE UMA TURMA	43
29 - RELACIONAMENTO PROFESSOR-ALUNO	44
30 - AULA FALADA	45
31 - O MÉTODO INDUTIVO NA ESCOLA	47
32 - CARACTERÍSTICAS DO LIVRO DIDÁTICO	48
33 - CRIATIVIDADE NA ESCOLA	49
34 - IMAGEM E RACIOCÍNIO	50
35 - ENTREVISTA COM O CAPITÃO	51
36 - INSIGNIFICÂNCIAS	53
37 - PEDAGOGOS DO VERDE	

38 - REDAÇÃO, UM TORMENTO	54
39 - SIMPLIFICAÇÕES COMPLICANTES	56
40 - GÍRIA, CORRUPTELA E SOLECISMO	57
41 - FALAR COMO O POVO	57
42 - A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA	59
43 - O PROFESSOR DEVE DESCER ATÉ O ALUNO	60
44 - NEUROSE NA ESCOLA	60
45 - O PROFESSOR NÃO GOSTA DE MIM	61
46 - ACODE, PIAGET!	63
47 - O PROFESSOR NÃO RESPEITA A MINHA OPINIÃO	63
48 - PROFESSOR, QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE...	65
49 - O HÁBITO DE LER	67
50 - COMENTÁRIOS DE ALUNO	69
51 - PROFESSOR AUTORITÁRIO	70
52 - PROFESSOR SIMPÁTICO?	71
53 - AULA NUM DIA TRISTE	73
54 - COLEGIADOS E DEMOCRACIA	75
55 - TETAS VENENOSAS	77
56 - CLASSE DOMINANTE	78
57 - TAMBÉM O SISTEMA	78
58 - INTELECTUAL SUBDESENVOLVIDO	79
59 - HISTÓRIA: NOVA ARMA DE OPRESSÃO	80
60 - ENSINO E POLÍTICA	82
61 - DOGMAS DO CRIMINOSO	83
62 - PSICANALISANDO	86
63 - ORDENHADOR DE TEXTOS	87
64 - ENSINO EM PAZLÂNDIA	88
65 - PARA MELHORAR O ENSINO	90
66 - PESSOAL DO ENSINO	91
67 - ENSINO DE QUALIDADE	93
68 - POLÊMICA SOBRE REPETÊNCIA	93
69 - ANALFABETO FUNCIONAL	84
70 - E PARTE MAIS UMA TURMA	95

PREFÁCIO

Com os tópicos tratados neste livro, pretende-se mostrar que: professor não deve ser educador de seus alunos; que é nocivo dar ao professor a missão de educar; que a função do professor é instruir; e que educar e instruir são coisas muito diferentes. E, por se referirem de algum modo ao ensino, outros assuntos são analisados.

O autor deste trabalho aceita o risco de ser incompreendido. Ser incompreendido – eis o preço que nenhum autor deseja pagar. Mas neste caso pode acontecer. Vejamos por quê.

Para muita gente a palavra educação é sinónimo de instrução. E embora o autor indique a significação que atribui a cada um desses dois termos, o hábito de pensar instrução quando se lê *educação* tornará a leitura difícil e sujeita a confusões. Quem dera que tal não acontecesse! Mas... acontece.

E não é só isso. O conceito de educação não é igual para toda a gente. O sr. Leonel pensa que só há duas espécies de educação – a boa e a má. Para ele, quando se fala de educação, trata-se da boa educação. E, ainda para ele, a boa educação consiste em obedecer aos Dez Mandamentos e ser cortês com toda a gente. Sr. Leonel nem sonha que para algumas pessoas – entre elas muitos professores – a boa educação dispensa obedecer algum dos Dez Mandamentos e é pouco exigente quanto a cortesia. Assim para alguns professores boa educação permite ir dar aula com vestuário despojado e até agressivamente chamativo; consente aluno mastigando chiclete e com boné na cabeça, em sala de aula; e autoriza que o aluno trate seu professor como se este fosse um seu colega de turma. Se o Sr. Leonel ler este livro, dificilmente o entenderá.

Por sua vez, o Ministro da Educação fala e escreve como se *educação* e *instrução* fossem sinónimos!

Um pastor religioso foi convidado a ler o original e a dar sua opinião. Teve a gentileza de fazer suas observações pessoalmente. Não escondeu sua preocupação. Entendeu que, se a doutrina proposta neste livro fosse levada a sério, faria com que fossem fechados os estabelecimentos de ensino confessionais, posto que estes procuram educar. Como se vê, o Rev.^{mo} pastor não fez caso do que ficou dito no tópico nº 25.

Pior foi a reação da profª Rosinda. Ela tem 22 anos de sala de aula! Também leu o original. Ficou decepcionada; triste; um pouco até ofendida. Ela acha que professor ou é educador ou não é nada; e que esta teoria de que professor deve ser apenas instrutor é mais uma modernice inútil - dessas que, se não fazem mal, bem também não fazem.

Mesmo assim, o autor decidiu correr o risco.

O Autor

1 - INSTRUIR NÃO É EDUCAR

Educar é promover, na pessoa, sentimentos e hábitos que lhe permitam adaptar-se e ser feliz no meio em que há de viver. Instruir é proporcionar conhecimentos e habilidades que permitam à pessoa ganhar seu pão e seu conforto com facilidade.

Assim cruzamos na vida com pessoas instruídas e mal educadas; e conhecemos analfabetos com esmerada educação. A instrução, por si mesma, não dá felicidade. Porém é difícil conceber que um homem bem educado venha a ser infeliz.

A educação foi tão necessária para os nossos bisavós como será para os nossos netos. Todo o ser humano precisa de educação, sem exceções! A instrução, porém, não é igualmente necessária para todos. Ela é mais necessária hoje do que no passado; e no futuro será ainda mais necessária do que hoje. A razão disso é evidente: a luta pela vida é cada vez mais competitiva - e a competição exige instrução.

A quem pode interessar essa confusão de educação com instrução? É difícil descobrir todos os interessados; mas, em primeira análise, interessa aos governantes autoritários. Os antidemocratas sempre desejam que o povo pense e se comporte como aos ditadores convenha. Para conseguir isso, a escola é um bom instrumento: através dela, podem ser inculcados hábitos e sentimentos condizentes com os interesses dum governo fascista. Toda a gente aceita que aos governantes cabe a tarefa de proporcionar instrução; confundindo instrução com educação, os governantes assumem a tarefa de educar... Havia, outrora, o Ministério da Instrução. É sintomático que esta designação fosse substituída por Ministério da Educação, precisamente na época em que as ditaduras fascistas proliferaram!

Ora, os governantes devem promover a instrução, mas não devem educar. Se eles educam, dificilmente vencem a tentação de mentalizar o povo para que aceite o fascismo. Um governo só pode educar mediante funcionários públicos que são escolhidos por concurso - e, num concurso, a educação do concorrente não é nem pode ser avaliada. Entretanto, este nosso planeta vai-se enchendo de Ministérios da Educação com milhões de funcionários fazendo por um salário o que só por amor pode ser feito: educar!

2 - PROFESSOR É EDUCADOR?

Dizem que professor é educador. Afiram-no os livros de pedagogia; jornais e revistas espalham esta tese; os governos legislam em conformidade com ela; os pais acreditam que a tese é verdadeira; muitos professores tentam educar.

Educar é criar hábitos e sentimentos que permitam ao educando adaptar-se ao meio social em que há de viver, para nele ser feliz sem impedir a felicidade dos outros.

Acontece que o professor não sabe e nem adivinha em que meio social vai viver seu aluno; daí que não preveja os hábitos e os sentimentos de que vai precisar o educando. E esta é a primeira razão pela qual o professor não pode educar.

Educar pelo exemplo não é processo que esteja ao alcance do professor. Um aluno, até seus 15 anos, terá tido, no mínimo, 20 professores. Entre esses, é natural que surjam: religiosos e ateus; fanáticos, moderados e indiferentes – para com Deus e para com a Pátria; preguiçosos e trabalhadores; competentes e incompetentes; castos, desregrados e homossexuais; sóbrios e viciados; disciplinados e revoltados. Será que um ser humano pode ser educado por uma turma tão contrastante e contraditória em hábitos e convicções? É evidente que não! Não é sensato esperar ou exigir que todos esses professores escondam ou frustrem suas personalidades e eduquem, todos eles, dentro do mesmo padrão. Não se pode pedir aos professores um comportamento hipócrita, dentro de uma sala de aula, durante uma vida inteira. Pode um ateu comportar-se como crente? Pode um fanático mostrar-se, sempre, moderado? Quem ousa exigir de um internacionalista que se comporte como defensor da pátria? Até que ponto uma professora que se prostitui consegue fingir, em sala de aula, que é casta? Se os professores quiserem influir na formação moral e cívica dos alunos, terão de o fazer com suas virtudes e com seus defeitos – e na consciência do educando ficará um feixe de contradições, um caos. E aqui está mais um motivo para que o professor não seja educador dos filhos alheios.

Sabemos que os jovens e as crianças podem sofrer motivações de várias pessoas. Porém só educa eficazmente quem ama o educando. Sendo assim, o professor teria de amar os

educandos, para poder educá-los. E que é que poderia motivar o professor a amar os alunos: a função ou o salário?... Sabemos que nem a profissão nem o salário, por si mesmos, geram amor. Exigir que o professor seja educador é exigir que ele ame o aluno. Ora, amor não é sentimento que se exija para exercer uma profissão; menos ainda, em troca de um salário... E eis mais uma razão para não exigir que professor seja educador.

Quando os pais vão matricular seus filhos, não sabem quem são os professores de seus filhos. Como pode alguém entregar a educação de seus filhos, sem saber a quem? Este ato seria ou não uma prova de paternidade irresponsável? Ou será que os pais acreditam que todos os professores são bons educadores? Ou será que todos os pais são irresponsáveis? – Nada disso. O que acontece é que muito raramente um pai pode escolher os *educadores* de seu filho: tem de aceitar os que lhe impuserem. Não é isso uma opressão? – mesmo que feita pelas mais exemplares democracias... Nos países que desejam democracia, o cidadão tem nisto mais uma justificativa para não admitir que professor seja educador.

Educar é missão própria dos pais. Mais que pão, os pais devem dar educação aos seus filhos. Pão, agasalho e abrigo podem ser à criança dados até por estranhos: por vizinhos, por instituições de assistência, pela Autoridade. Bens materiais podem ser dados, sem amor a quem os recebe, sem que o benemerente conheça o beneficiado. Mas a educação tem de ser dada por quem conhece o educando: por quem o ama! Amar uma criança a ponto de poder educá-la não é tarefa fácil, que possa ser exigida de todo e qualquer professor. Os males que a falsa tese do professor-educador já causou são alarmantes. Essa tese dá uma aura de prestígio ao professor e um alívio de responsabilidade aos pais. Todavia essa aura de prestígio transforma-se em desprestígio, na medida em que o professor fracassa nessa missão; o alívio dos pais transforma-se em sofrimento, quando irrompem no seu lar as consequências da incapacidade do professor para educar.alunos.

3 - EXIGIR EDUCAÇÃO NÃO É EDUCAR

Ouvimos dizer, com frequência, que a escola, impondo o cumprimento dum regimento e exigindo que o aluno respeite superiores e colegas, já está educando. Mas isso é o que faz qualquer empresa industrial ou comercial: exige disciplina e impõe que se respeitem superiores e colegas – e ninguém diz que a fábrica ou a loja são, por isso, estabelecimentos de educação. Disciplina e respeito se exige nos quartéis; disciplina e respeito se exige em hospital; num campo de futebol; numa excursão; até um bando organizado de assaltantes se defende com a disciplina e com o respeito. Ora, ninguém ousa dizer que a fábrica, a loja, o quartel, o hospital, a equipe de futebol ou a quadilha de assaltantes são instituições educativas... Um estabelecimento de ensino exige educação para poder funcionar. E, se um de seus alunos se apresenta indisciplinado, é admoestado; depois castigado; finalmente expulso. Isto acontece também nas fábricas, nos quartéis, nos campos de futebol, etc. Qualquer atividade precisa de disciplina e de respeito pelas pessoas, para que possa ser exercida. Quem não sabe isso? Por quê confundir a disciplina e o respeito exigidos numa atividade com a missão de educar? Disciplina e respeito aos colegas e aos chefes são exigidos até nos lugares onde se deseduca, como nos lupanares, nas cadeias, nas quadrilhas do crime, etc. Por isso não podemos dizer que um estabelecimento de ensino educa, pelo fato de exigir disciplina e respeito. Aluno que não tenha educação e hábitos de obediência, para suportar a disciplina de sua escola, acaba por ser dela expulso. E este é um fato algumas vezes observado. Por quê e para quê dizer, então, que a escola educa? E para quê proparar que a missão da escola é mais educar do que instruir? Essa mentira só beneficia os professores que não conhecem a matéria que lecionam: se o professor não sabe a lição, para não dar um triste espetáculo ante seus alunos, precisa de passar o tempo dando *bons conselhos* e *abrindo os olhos* aos alunos...

4 - CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO

Quando vamos matricular um filho na escola, sabemos quais são os programas de História, de Química, de Matemática etc. O mesmo não podemos dizer do programa educativo: não sabemos que hábitos nem que sentimentos vão ser inculcados em nossos filhos. Podemos saber quem vai lecionar Geografia, Física ou qualquer outra disciplina; mas não podemos saber quem vai promover e desenvolver os princípios morais daqueles que amamos.

Se a escola fosse um educandário, ela teria um programa educativo tão claro e detalhado como o programa instrutivo. Mais: ela teria que designar professores especializados para essa função. Para instruir, é preciso ter curso e diploma de Matemática, de Física, de Biologia, etc; mas, para educar, todos os cursos servem... Isto pressupõe que a missão de educar é menos exigente que a de instruir. Ora, todos sabemos que educar é mais difícil e delicado que instruir.

Se alguém, algum dia, quiser que a escola passe também a ser educandário, ela terá de ter, paralelamente ao programa de instrução, um programa de educação. E os programas educativos devem ser ensinados com manuais feitos com seriedade e clareza.

É preciso que os pais possam saber com que valores vão ser educados os seus filhos! E que hábitos lhes serão recomendados ou exigidos.

5 - E OS ÓRFÃOS?

Se a escola ou o professor não educar, quem educará os órfãos? Quem educará as crianças cujos pais se aviltaram tanto, que não conseguem educar? Essa função pertence, em primeiro lugar, aos parentes mais próximos. E, se estes não podem ou não querem, essas crianças devem ser educadas por uma instituição exclusivamente dedicada a essa missão. Nada pode substituir ou igualar a educação dada com amor pelos pais. Mas se estes

O terceiro emprego foi no escritório duma serraria. No primeiro dia, à tarde, o patrão mandou que o Sr. Gustavo cubricasse um caminhão de madeira que acabava de chegar. Gustavo foi, mediu e calculou. Resultado: o caminhão trazia 75 metros cúbicos de madeira. O chofer do caminhão bateu palmas e estourou numa gargalhada; o dono da serraria franziu a testa e disse que não queria gracinhas no trabalho. Gustavo, encabulado, foi fazer mais cálculos e trouxe o resultado: o caminhão trazia mesmo 7,5 metros cúbicos de madeira. O patrão sorriu com malícia, mas o chofer não gostou e protestou e jurou que cortaria uma coisa se o caminhão estivesse com menos de 11 metros cúbicos de madeira. A conversa azedou; o patrão foi medir e calcular a carga; à noite, o Sr. Gustavo foi despedido.

Em novembro, Gustavo já tinha passado por seis empregos, e em nenhum deles permaneceu mais de três semanas. Agora ele era um revoltado contra a sociedade e contra os patrões. Para ele, esta sociedade é uma droga; a escola tem de fazer alguma coisa para educar; o professor é a salvação desta sociedade podre!!

Entretanto, surgiu uma vaga de professor, numa escola vizinha, para Gustavo. Agora, ele vai educar; vai educar os filhos dos outros... Vai educá-los à sua imagem e semelhança. Vai preparar cidadãos para a vida – tal qual como ele foi preparado...

22 - SOBRE MACHISMO

Aluno: Professor, o que é machismo?

Prof.: Machismo é a crença ou teoria segundo a qual o homem é modelo de comportamento e de avanço cultural. Desta teoria ou crença infere-se que:

- a) - os vícios dos homens são virtudes que as mulheres podem imitar;
- b) - a perfeição da mulher consiste em assemelhar-se ao homem.

Aluno: Então, o machismo é a crença de que o homem é superior à mulher?

Prof.: Sim.

Aluno: Então, o homem não é superior à mulher?

Prof.: São diferentes, mas nenhum é superior ao outro. São iguais apenas em dignidade. No mais, são diferentes.

Aluno: Não professor! Homem e mulher são iguais também em direitos.

Prof.: Depende! Há três espécies de direitos: os fundados na natureza humana – dignidade humana; direitos fundados na necessidade; e direitos fundados na lei. Homens e mulheres são iguais em direitos decorrentes da dignidade humana. Quanto aos direitos decorrentes da necessidade, não importa se é homem ou mulher; o critério é o seguinte: tem mais direitos quem tiver mais necessidade. Quanto aos direitos fundados na lei, os direitos dos homens e das mulheres igualam-se ou divergem conforme o país em que a lei é promulgada. Pelo que consta, a lei, em países muçulmanos, dá menos direitos às mulheres do que em países cristãos. E, em países cristãos também, até há pouco tempo, mulheres e homens tinham direitos diferentes.

Aluno: Essa maneira de explicar o machismo fica muito abstrata.

Prof.: Vou tentar exemplificar. Afirmar que o homem se inferioriza quando assume comportamento feminino não é machismo; afirmar que a mulher se inferioriza quando assume comportamento masculino não é machismo. Sobrevalorizar hábitos e profissões típicos dos homens é machismo; desvalorizar hábitos e profissões típicas da mulher também é machismo. Correto é reconhecer e respeitar as diferenças naturais entre homens e mulheres, sem ver nelas superioridade ou inferioridade.

Aluno: Mas será que existem hábitos e profissões, uns de homem e outros de mulher?

Prof.: Andam dizendo que não, mas é por engano. Sempre houve e sempre haverá hábitos e profissões típicas de um ou de outro. A regra é: profissões que exigem muito esforço físico reservam-se para os homens. Na medida em que a tecnologia elimina o esforço físico de algumas profissões, elas passam a ser exercidas também por mulheres.

Aluno: Parece que essa mudança está acontecendo intensamente, porque as mulheres estão exercendo profissões que eram dos homens.

Prof.: Bem observado. E, para entender melhor o advento dessa mudança e de outros fenômenos, conviria fazer uma pequena digressão pela história. Podemos fazê-la?

Aluno: É pra já!

Prof.: Outra, marido e esposa eram analfabetos. E eram felizes assim. Ambos sabiam as mesmas coisas. Ambos sabiam quando semear, quando regar e quando colher. Ambos sabiam tecer e fazer queijo. Ambos acreditavam que as doenças eram dadas por Deus; ambos confiavam em chás e faziam fé nos poderes do curandeiro. Mas, a partir de uma certa época, surgiram escolas nas cidades grandes. Quem fosse estudar nas escolas tinha mais facilidade para ganhar dinheiro e viver no conforto.

Naquele tempo, o homem tinha o dever de garantir o sustento da esposa e dos filhos. Então, a quem competia ir estudar? Claro, ao homem. As mulheres não precisavam de estudo, porque não estavam obrigadas a garantir o sustento de ninguém – nem o seu próprio! E, assim, as mulheres ficavam analfabetas.

A partir daí, surgiram casais culturalmente desajustados. Um cônjuge com instrução – e às vezes com curso superior; o outro, analfabeto. Não há saúde que faça o milagre de manter um casal desses feliz. A desarmonia dum casal é quase sempre proporcional à diferença de cultura entre os cônjuges.

Aluno: Parece que o fato de só os homens irem estudar é uma manifestação de machismo.

Prof.: No início, o fato de só os homens irem estudar não era machismo. Bem ao contrário: a mulher superprotegida, não tinha de sair do conforto da família, para ir estudar numa cidade que tivesse ensino, vivendo em república de estudantes ou pensão de poucas comodidades. Nesse tempo, em que a mulher não precisava de ganhar dinheiro, mulher que estudasse seria um luxo extravagante ou um esforço inútil.

Mais tarde, quando o número de homens letrados se tornou dominante, a sociedade dividiu-se em duas classes – a dos letrados e a dos analfabetos. E as mulheres pertenciam à classe

dos analfabetos! E os analfabetos eram, culturalmente, inferiores aos letrados – porque não sabiam de política, não liam jornal nem romances, nem poesia; não entendiam teatro, não apreciavam um concerto ou um recital; nada entendiam de pintura e escultura. Enfim: não participavam duma conversa, numa roda de maridos ou amigos letrados. Este fato, com o decorrer do tempo, fez com que a inferioridade do analfabeto fosse associada ao conceito de mulher; e que a superioridade do letrado fosse ligada ao conceito de homem. E, isto sim, tais associações geram e alimentam o machismo.

Aluno: Sendo assim, essa fonte de machismo vai desaparecer.

Prof.: Sem dúvida. Os homens foram multiplicando as escolas por cidades, vilas e aldeias. E, hoje, homens e mulheres estudam, nas mesmas escolas, os mesmos programas. Este fato está eliminando o machismo derivado da diferença de instrução. Este é um processo social irreversível.

Aluno: Mas há outro sintoma de machismo: é o fato de os homens excluírem mulheres de certas profissões.

Prof.: Já está mais uma distorção dos fatos, que serve apenas para alimentar discursos de quem fala demais e estuda pouco. O exercício das profissões assalariadas obedece à seguinte lei econômica: 'um emprego será dado a quem garante ao empregador mais eficiência por menor salário.' Ninguém recusa dar emprego a uma mulher simplesmente por que é mulher. Tal atitude seria prova da incompetência do empregador. O que leva a recusar uma mulher numa atividade produtiva é o medo de que ela seja incompetente e de que ela produza menos do que se espera de um assalariado na atividade por ela pretendida.

Aluno: Mas esse medo é infundado, porque as mulheres estudam como osl homens e os diplomas delas têm mérito igual aos diplomas dos homens.

Prof.: É infundado hoje. Mas não era há cem ou até mesmo há cinquenta anos. Em tempos não muito distantes, era uma raridade a mulher preparada para exercer uma profissão que exigisse instrução escolar.

É verdade que, em tempos mais recuados, não havia médicas, nem advogadas, nem juizas, nem engenheiras, nem deputadas, nem governadoras, nem pesquisadoras

de ciência e de tecnologia. Mas não era porque os homens – levados por sentimentos ou convicções machistas – afastassem as mulheres de tais atividades. Isso acontecia simplesmente porque as mulheres ainda não se dispunham a fazer cursos superiores ou cursos profissionalizantes que exigissem estudo formal prolongado, para tais profissões. De modo que não há nem houve profissões tradicionalmente masculinas. O que houve foi profissões que exigiam habilitações que só os homens adquiriam; porque só deles se exigia o sustento da família; e porque somente aos homens se consentia o sacrifício e a renúncia que acompanhava o estudo para tais profissões.

Aluno: E por que os salários das mulheres são inferiores aos dos homens? Isso não é machismo?

Prof.: Então, mais um pouquinho de história, antes de responder. Antes da revolução industrial e da revolução tecnológica, trabalho assalariado era trabalho pesado. Naqueles tempos empregava-se até a expressão "trabalho servil", para designar os trabalhos habitualmente dados a escravos e a servos – porque exigiam maior esforço físico.

Quando as mulheres eram contratadas para tais trabalhos servis, elas sempre recebiam salário inferior, porque, sendo fisicamente mais débeis, produziam menos. Ninguém achava injusto, então, que o salário masculino fosse maior que o feminino. E ninguém via nisso machismo. A diferença de salário resulta da diferença de produtividade.

Aluno: Em tempos passados, numa economia sem máquinas, muito bem! Mas, hoje, como se explica que as mulheres tenham salários inferiores aos dos homens?

Prof.: Não vejo como dar uma resposta generalizada à sua

questão. Por isso chamo a atenção para os fatos seguintes.

Primeiro: não existe diferença de salário feminino e masculino, em serviços públicos onde os empregos se conquistam por concurso.

Segundo: nas profissões liberais, não há indícios de que as mulheres recebam remuneração inferior à dos homens.

Terceiro: os salários da iniciativa privada regem-se pela lei do maior lucro. Esta lei impõe que o empregador contrate, entre dois

empregados de igual eficiência, aquele que exija menor salário. E, pelos indícios disponíveis, na hora de fixar o salário, a mulher é menos exigente do que o homem. Sinal de que a diferença de salário entre homens e mulheres, na iniciativa privada, nada tem a ver com machismo; prova disso é o fato de que, nas empresas gerenciadas por mulheres, essa diferença também ocorre. Concluindo: quando as mulheres forem tão exigentes como os homens na quantificação dos seus salários, desaparecerá a diferença entre salários de homens e mulheres para a mesma função.

Aluno: As mulheres ficaram privadas de direitos políticos, até há bem pouco tempo. Não foi isso uma manifestação de machismo?

Prof.: Para responder é preciso dar mais uma olhada na história. Nos tempos dos monarcas absolutos, a política estava intimamente ligada à guerra e a guerra era para os homens; não por machismo, mas por aptidão natural. Por isso, naqueles tempos, mulher na política era fenômeno raro. Mas acontece que, no princípio do século XIX, a monarquia absoluta foi, pouco a pouco, substituída por governos constitucionais; os políticos deixaram de ser guerreiros, isto é, militares; e a atividade política passou a exigir escolarização. Estavam criadas as condições para que as mulheres entrassem na política, se elas fossem escolarizadas. Aconteceu que, durante o século XIX e início do século XX, as mulheres ou ficavam analfabetas ou quase. Neste estado, não podiam entrar na política. Quando as mulheres entraram para valer nas escolas, logo assumiram, com galhardia e competência, atividades políticas.

Concluimos: não foi o machismo que impediu as mulheres de atuar na política – foi apenas a falta de instrução.

Aluno: Como deve então ser vista a reserva de cargos políticos para mulheres?

Prof.: Como um insulto machista. Elas não precisam de privilégio que tenha como pressuposto a sua inferioridade, a sua incapacidade para competir. Porque, de duas uma: ou as mulheres são tão capazes como os homens ou elas são menos capazes do que os homens. Sendo elas

igualmente capazes, porquê humilhá-las com uma proteção que as supõe inferiores? E se elas são menos capazes, para que as querem na política? Neste mato há rações. Oh! Se há...

Aluno: Que relação existe entre machismo e agressão física às mulheres?

Prof.: Nenhuma.

Aluno: Explique-se, porque não é isso que se ouve por aí!
Prof.: Então eu explico. A minha resposta baseia-se nos considerandos seguintes: Primeiro - Os homens agredem praticamente mais homens do que mulheres. Estimo que, em cada cinco agressões cometidas por homens, uma só tem mulher por vítima. Segundo - O comportamento que decorre do machismo é a proteção e não a agressão. Quem agride o mais fraco é covarde. E machismo não se confunde com covardia. Proteger a mulher pode ser machismo; agredir a mulher pode ser covardia - mas machismo não é. Terceiro - Grande número de agressões feitas por homens a mulheres decorrem de distúrbios emocionais - que são doenças e nada têm a ver com machismo. Quarta - Muitas agressões feitas por homens a mulheres são feitas sob efeito de álcool. Nestes casos, há perda do autodomínio. O ato da agressão não resulta de sentimentos ou convicções machistas. Um bêbado não é machista nem feminista: é uma força incontrolada.

P.S. Um professor dificilmente se livra de ser solicitado para abordar temas como este - fora do seu programa e até fora do currículo. Nestes casos, o professor deve ou não aceitar a solicitação? Depende: se o assunto é educativo, deve recusar; se o assunto é informativo, pode aceitar, caso se sinta informado sobre o tema. Como se vê no exemplo presente, o tema machismo foi analisado em seu aspecto histórico - portanto meramente informativo.

23 - SOBRE VIOLÊNCIA

Na aula de ontem, o assunto foi a conceituação de ato voluntário, ato involuntário e ato voluntário. Saul e Alzira, em jeito de corolário, animaram uma reflexão sobre violência.

Saul: Atualmente, fala-se muito em violência. Que devemos entender por violência?

Prof.: Eu entendo que violência é o emprego voluntário da força:

- a) impositiva de comportamentos proibidos;
- b) impeditiva de comportamentos permitidos;
- c) excessiva, na coação exercida pelo poder público.

Saul: Então, se o uso da força não for voluntário, não há violência.

Prof.: Exato. Agressão de louco, de bêbado e de doentes da vontade é desastre natural - e não violência.

Alzira: Porquê tantas pessoas cometem ações violentas?

Prof.: Porque querem.

Alzira: Mas não existem causas para esse querer?

Prof.: Causas, não; mas circunstâncias propícias, sim.

Alzira: E quais são essas circunstâncias que favorecem a violência?

Prof.: São as seguintes:

1º - A necessidade e o desejo de justiça, frustrados pela demora e pelo custo da justiça oficial. Esta circunstância instiga a dois procedimentos selvagens que são:

a) ser juiz em causa própria;

b) ser executor de sua própria sentença.

A sede de justiça, quando frustrada, torna-se sede de vingança. Esta cega a razão e impele para a violência.

2º - A fome. A fome não tem lei. Por isso...

3º - As drogas.

Nenhuma destas circunstâncias justifica o uso da violência. Mas se tais circunstâncias sumissem ou fossem atenuadas, pouca gente decidiria pelo uso da violência.

Saul: Em coerência com essa maneira de ver, diga-nos: o homem nasce bom ou nasce mau?

Prof.: Nem bom nem mau. O homem será bom ou será mau, conforme o que ele 'decida' fazer para os outros e para si mesmo.

Saul: Mas a sociedade não é responsável pela violência?

Fica-se comovido ao ver os tratos dados a textos, por exemplo, de Kant, de Hegel e de Locke. O que se faz com os textos de Descartes é uma falta de consideração que ele, por muito mau escritor que seja, não merece!

Os ordenhadores de textos consideram-se poderosos como Moisés. Moisés bateu num rochedo e deste brotou água. Pois os ordenhadores de textos pretendem imitar Moisés: com os amassos e outros tantos apertos, num capítulo de Kant ou numa meditação de Descartes, acham que conseguem extrair profundos pensamentos. E mais: eles acreditam que, virando e revirando orações e parágrafos, descobrem o que Kant ou Descartes quiseram dizer mas não disseram! E esta é a mais desejada e notável façanha da ordem intelectual: descobrir o que os filósofos quiseram dizer, mas não disseram!!! Até onde, ó petulância, levarás teus ingênuos cultores?!

A mania de ordenhar textos torna-se quase sempre vício ou paixão. E como a paixão é cega, os ordenhadores de textos, às vezes, são atacados duma cegueira que os leva a cometer um equívoco medonho: em vez de ordenharem cabra, ordenham bode!

64 – ENSINO EM PAZLÂNDIA

Era uma vez um país chamado Pazlândia. Tinha ele um ensino muito bom; mas muito bom mesmo. Porém pouca gente recebia ensino. A esmagadora maioria dos cidadãos era de analfabetos.

Com tanta gente sem instrução, era impossível implementar a economia, aumentar a produção de bens e melhorar o nível de vida da população.

O governo decidiu abrir milhares de escolas, distribuídas por todas as povoações do país. Dinheiro havia para esta grandiosa e urgente empresa. Porém faltava um elemento essencial – professores! Havendo dinheiro é possível construir dez mil salas por ano – ou mais! Professor no entanto... não se faz por decreto nem por encomenda ou empreitada. A preparação dum professor demora vários anos. Para pôr em funcionamento as

50.000 salas de aula de que o país precisava com urgência, faltavam mais de 50.000 professores!!

Perante esta dificuldade, que deveria ser feito? Professores para ensino fundamental não podem ser importados. Só havia um caminho a trilhar que era aceitar na função de professor milhares e milhares de pessoas despreparadas para ensinar. E foi isso que o governo decidiu fazer. Melhor seria ter ensino mau do que não o ter. As vagas de professor, criadas aos milhares, em todo o país foram preenchidas por pessoas que não sabiam ensinar nem o que ensinar. Foi assim que nasceu um péssimo ensino em Pazlândia. Mas não havia nada melhor a ser feito. Aplicou-se o velho e sábio ditado: *Quem não tem cão caça com gato.*

É claro que as boas escolas existentes continuaram boas, mas não se notavam, naquele mar de incompetência que foram os primeiros anos da expansão do ensino naquele país.

O emprego de professores despreparados produziu alguns efeitos que merecem ser observados. Ei-los a seguir.

1 – Foi dada aos professores e aos estabelecimentos de ensino uma apreciável liberdade para elaborar currículos próprios. Assim, os currículos variavam de cidade para cidade e até de escola para escola. Isto permitia que cada escola tivesse seus currículos adaptados à ignorância de seus professores.

2 – Os pais mais instruídos e a imprensa faziam duras críticas ao ensino e reclamavam por mais e melhor instrução nas escolas. Era frequente a constatação de que os currículos escolares não correspondiam às exigências da economia. Lia-se e comentava-se que *As grades curriculares não estão adequadas à realidade do trabalho.* A esta crítica respondiam alguns professores, dizendo: *A escola não deve preparar mão-de-obra para ser explorada pelo capitalismo.*

Espalhava-se a ideia de que o ensino não era melhor porque o governo não queria investir no ensino – como se a qualidade do ensino dependesse apenas do dinheiro nele investido... Algumas pessoas até diziam que o governo não queria ensino bom, para que o povo não abrisse os olhos. E alguns professores espalhavam essa tremenda tolice!...

3 – Flexibilizaram-se os critérios de aprovação e de reprovação de alunos. Se o número de alunos repetentes fosse muito elevado, faltariam salas e sobretudo professores.

- 4 - Divulgaram-se expedientes *didáticos*, para disfarçar o despreparo de muitos professores. Vejamos, a seguir, alguns deles:
- I - Inventou-se o *livro do professor* que era um manual com conteúdo igual ao dos alunos, mas que continha a solução dos exercícios...
 - II - Professor deve desaconselhar o uso do manual e não deve fornecer apostila; cada aluno deve tirar seus apontamentos em sala.
 - III - Não se deve dar ao aluno a *papinha feita*; ele deve *pesquisar*.
 - IV - *Professor bom é aquele que todos os dias aprende algo com seus alunos.*
 - V - *A educação que o aluno recebe na escola é muito mais importante do que os conhecimentos que nela possa adquirir.*
 - VI - *Professor é aquele que dá capacidade ao aluno, usando um veículo chamado amor.* (Definição dada por uma professora e publicada num jornal).
 - VII - *O aluno quer coisas diferentes, uma educação mais aberta e ampla. Se pegar o conteúdo do livro fica maçante e sem sentido.* (Dito por uma professora de Matemática e publicado num jornal).

Estas pérolas didáticas só têm um objetivo – consciente ou inconsciente – que é camuflar despreparo de professores. Entretanto, ano após ano, o governo foi diminuindo as facilidades; os professores tornaram-se mais competentes; o ensino, em seu conjunto, melhorou – e muito! Seria possível terem feito melhor? Parece que não.

65 – PARA MELHORAR O ENSINO

O ensino terá uma acentuada melhora, com duas providências que a seguir se expõem.

Primeira: elaborem-se currículos bastante exigentes e duráveis – que não sejam alterados durante, pelo menos, vinte anos – em Língua Pátria, Matemática, Geometria, Física, Química e Biologia. Esta providência terá os seguintes efeitos:

- a) – ensaja a produção de bom material didático para essas disciplinas;
 - b) – diminui drasticamente o número de professores incompetentes;
 - c) – prepara muito melhor o aluno para o mercado de trabalho.
- Segunda: o professor não deve avaliar provas de aproveitamento de seus alunos.
- Esta providência terá os seguintes efeitos:
- a) - elimina ressentimentos de alunos contra professores que reprovam ou não avaliam provas conforme expectativa de alunos e de seus pais;
 - b) - eliminando ressentimentos, melhora o respeito e o relacionamento dos alunos com seus professores;
 - c) - em decorrência de b), melhora a disciplina na escola;
 - d) - melhora a aprendizagem, em decorrência das três alíneas precedentes.

66 – PESSOAL DO ENSINO

O pessoal do ensino pode ser dividido em três quadros: quadro letivo, quadro pedagógico e quadro administrativo.

O quadro letivo é formado pelos professores – e só por eles. Na escola, professor não deve fazer outra coisa que não seja lecionar. Ele não se preparou para ser educador nem administrador. Aos professores compete:

- a) – lecionar;
- b) – elaborar provas de aproveitamento e entregá-las à Secretaria Pedagógica;
- c) – informar o diretor sobre material didático necessário;

4 - Divulgaram-se expedientes *didáticos*, para distarçar o despreparo de muitos professores. Vejamos, a seguir, alguns deles:

I - Inventou-se o *livro do professor* que era um manual com conteúdo igual ao dos alunos, mas que continha a solução dos exercícios...

II - Professor deve desaconselhar o uso do manual e não deve fornecer apostila; cada aluno deve tirar seus apontamentos em sala.

III - *Não se deve dar ao aluno a papinha feita; ele deve pesquisar.*

IV - *Professor bom é aquele que todos os dias aprende algo com seus alunos.*

V - *A educação que o aluno recebe na escola é muito mais importante do que os conhecimentos que nela possa adquirir.*

VI - *Professor é aquele que dá capacidade ao aluno, usando um veículo chamado amor.* (Definição dada por uma professora e publicada num jornal).

VII - *O aluno quer coisas diferentes, uma educação mais aberta e ampla. Se pegar o conteúdo do livro fica maçante e sem sentido.* (Dito por uma professora de Matemática e publicado num jornal).

Estas pérolas didáticas só têm um objetivo – consciente ou inconsciente – que é camuflar despreparo de professores.

Entretanto, ano após ano, o governo foi diminuindo as facilidades; os professores tornaram-se mais competentes; o ensino, em seu conjunto, melhorou – e muito! Seria possível terem feito melhor? Parece que não.

65 – PARA MELHORAR O ENSINO

O ensino terá uma acentuada melhora, com duas providências que a seguir se expõem.

Primeira: elaborem-se currículos bastante exigentes e duráveis – que não sejam alterados durante, pelo menos, vinte anos – em Língua Pátria, Matemática, Física, Química e Biologia. Esta providência terá os seguintes efeitos:

- a) – ensaja a produção de bom material didático para essas disciplinas;
- b) – diminui drasticamente o número de professores incompetentes;
- c) – prepara muito melhor o aluno para o mercado de trabalho.

Segunda: o professor não deve avaliar provas de aproveitamento de seus alunos.

Esta providência terá os seguintes efeitos:

- a) - elimina ressentimentos de alunos contra professores que reprovam ou não avaliam provas conforme expectativa de alunos e de seus pais;
- b) - eliminando ressentimentos, melhora o respeito e o relacionamento dos alunos com seus professores;
- c) - em decorrência de b), melhora a disciplina na escola;
- d) - melhora a aprendizagem, em decorrência das três alíneas precedentes.

66 – PESSOAL DO ENSINO

O pessoal do ensino pode ser dividido em três quadros: quadro letivo, quadro pedagógico e quadro administrativo.

O quadro letivo é formado pelos professores – e só por eles. Na escola, professor não deve fazer outra coisa que não seja lecionar. Ele não se preparou para ser educador nem administrador. Aos professores compete:

- a) – lecionar;
- b) – elaborar provas de aproveitamento e entregá-las à Secretaria Pedagógica;
- c) – informar o diretor sobre material didático necessário;

d) – avaliar provas de alunos de outros professores, quando solicitado pela Secretaria Pedagógica.

O quadro pedagógico é formado por pedagogos e enfermeiros (ou auxiliares de enfermagem). Um pedagogo e um enfermeiro para cada doze turmas de alunos. Ao quadro pedagógico compete:

- a) – aplicar as provas de aproveitamento elaboradas pelos professores;
- b) – escolher os avaliadores das provas de aproveitamento;
- c) – estabelecer normas disciplinares e fazê-las cumprir;
- d) – fazer e alterar o calendário escolar e os horários;
- e) – promover e autorizar festas;
- f) – fazer palestras sobre higiene, saúde, etiqueta, civismo e disciplina escolar; e convidar, para este fim, palestrantes de reconhecida competência;
- g) – atender pais e alunos para tratar sobre aproveitamento e comportamento.

Para manter a disciplina, a Secretaria Pedagógica pode solicitar pessoal administrativo.

Ao quadro administrativo compete:

- a) – manter as instalações operacionais;
- b) – providenciar o material didático;
- c) – manter em dia o serviço burocrático;
- d) – manter o serviço da merenda escolar.

O diretor será sempre pessoa que tenha Curso de Administração. Compete-lhe fazer com que os três quadros de pessoal desempenhem suas funções. Não há impedimento a que duas ou mais escolas tenham o mesmo diretor. O diretor, enquanto diretor, não deve lecionar.

67 – ENSINO DE QUALIDADE

O que é ensino de qualidade? Ensino de qualidade é aquele que:

- a) – fornece os conhecimentos e as habilidades de que o cidadão precisa para viver com saúde e ganhar a vida com seu trabalho;
- b) – fornece tais conhecimentos e habilidades, no menor tempo possível e com o menor esforço possível.

Assim, o ensino não é de qualidade, quando o currículo é insuficiente ou inadequado à economia e quando os professores exigem esforço maior do que o necessário e mais tempo do que o suficiente.

68 – POLÊMICA SOBRE REPETÊNCIA

Ensino ideal seria aquele em que a repetência não fosse necessária, mas não existe ensino ideal. Por três razões: porque não existe aluno ideal, porque não existe professor ideal e porque não existem os recursos didáticos ideais. Sendo assim, as repetências são necessárias para corrigir deficiências e limitações referentes ao aproveitamento escolar. Ao aproveitamento escolar – pois não se justifica impor a repetência por faltas ao aluno que tem bom aproveitamento.

Há quem recomende a eliminação da repetência. Alegam que o eliminar a repetência – promovendo todos os alunos, qualquer que seja seu grau de aproveitamento – tem as seguintes vantagens:

- a) - faz economia de salas, de material escolar e de recursos humanos;
- b) - poupa frustrações ao repetente e à sua família;